

Título - 7 do Dr. Professor
Exmo. Ministro da Edu-
cação Fernando Haddad

Governo do Estado
do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ao Dr. Professor Exmo. Ministro da Educação Fernando Haddad.

"[...] as transformações sociais se fazem na coincidência entre vontade popular, a presença de uma liderança lúcida e o momento histórico propício"

Paulo Freire - Pedagogia da Esperança – um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.167.

Excelência,

O governo do Estadual do Pará na pessoa de sua governadora Ana Júlia Carepa, assumiu junto ao povo desta terra, um compromisso de luta incansável pela superação do analfabetismo em nosso Estado. E refletindo não só este compromisso da governadora, mas, sobretudo, como decorrência necessária da construção popular, que nos outorgou o governo do Pará, tomamos como compromisso, a responsabilidade de incluir no mundo letrado, todos os jovens e adultos que estão excluídos desse direito basilar.

Para tanto, unimo-nos as Universidades e aos movimentos sociais para criar uma proposta Freireana de alfabetização, voltada intrinsecamente à nossa realidade. Assim, nasceu o MOVA PARÁ ALFABETIZADO, sob a égide da participação democrática, filho da mobilização popular, e prenhe de uma nova realidade, inclusiva e participativa.

O MOVA PARÁ ALFABETIZADO nasce com a tarefa de proporcionar a todos e todas:

- o acesso a leitura e escrita, da palavra e do mundo, a formação do cidadão leitor e escritor crítico e ético, capaz de expressar sua cultura e experiências e de intervir na realidade social;
- o desenvolvimento político de auto-sustentabilidade articulando a ação educativa, a organização social e a geração de renda;

- o processo de inserção econômica, social e educacional por meio do incentivo ao associativismo e cooperativismo;
- uma educação ambiental e segurança alimentar associada ao processo de alfabetização;
- a formação continuada aos alfabetizadores.

O MOVA PARÁ ALFABETIZADO assume como a meta para o ano de 2007:

- construir o Plano Estadual de Alfabetização de Jovens e Adultos;
- criar 6.000 (seis mil) turmas, de acordo com as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelo MEC;
- alfabetizar e incluir no ensino fundamental de EJA 118.610 (cento e dezoito mil, seiscentos e dez) jovens e adultos;
- estabelecer parceria com o MEC, Universidades e 1.482 (um mil, quatrocentos e oitenta e duas) organizações não governamentais;
- consolidar o diálogo com outros Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos;
- proporcionar a formação continuada dos alfabetizadores e coordenadores;
- implementar o Fórum Estadual de Alfabetização.

Neste sentido, precisamos caminhar junto com as Universidades, com o movimento popular e os governos federal e municipal.

E é neste diapasão que pleiteamos ter o MEC/FNDE como parceiro no processo de alfabetização dos Jovens e adultos do Pará. Cumprimos todas as incumbências determinadas, todo o caminho de construção desta parceria foi trilhado, enviamos o termo de adesão devidamente preenchido, entretanto nos deparamos com dois grandes problemas: O Decreto n.º 6093, em seu art. 3º, §1, inciso III e RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº 013, em seu art. 4º, inciso III, alínea b, ambos de 25 de abril de 2007.

O Decreto n.º 6093, em seu art. 3º, §1, inciso III determina como diretriz para atuação prioritária da União, *a participação majoritária de professores da rede pública da educação básica* e a RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº 013/07, em seu art. 4º,

inciso III, alínea b *estabelece um percentual de 75% de alfabetizadores da rede pública.*

Excelência, não nos resta, frente às determinações legais supramencionadas, outra forma de construir esta necessária parceria entre o estado do Pará e a União, senão pela exceção do art. 4º, inciso III, alínea b da RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº 013/07.

Art. 4º São atribuições dos órgãos e entidades participantes:

I – da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação – MEC:

(...)

II – do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC.

III - dos Estados, Distrito Federal e Municípios:

a) localizar, identificar e cadastrar jovens e adultos não alfabetizados, para ingresso em turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado;

b) selecionar alfabetizadores, tradutores intérpretes de LIBRAS e coordenadores de turmas, devendo, no mínimo, 75% (setenta e cinco) dos alfabetizadores do Programa nos Estados, Distrito Federal e Municípios ser professores das redes públicas e, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) educadores populares. **O percentual de 75% de professores das redes públicas poderá ser menor, desde que a impossibilidade da execução deste parâmetro de distribuição dos alfabetizadores seja devidamente demonstrada e comprovada pelos Estados, o Distrito Federal e os Municípios e aprovado pela SECAD/MEC.**

A efetivação das normas citadas é obstaculizada pela realidade, seja pela falta de interesse dos professores da rede pública, seja pela real impossibilidade destes professores deslocarem-se das “sedes” dos municípios até as comunidades mais afastadas, onde a carência de políticas públicas excluiu quase todos os cidadãos e cidadãs do direito a lecto-escrita.

Somos um Estado de dimensões continentais, com municípios de abrangência territorial igualmente enormes. Citemos o município de Altamira com seus **159.695,9 Km²**, **atente vossa excelência, que supera em dimensão territorial, 11 dos 26 estados da federação, 12, se contarmos o diminuto Distrito Federal. Veja Excelência, os estados do Acre, Ceará, Amapá, Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de**

Janeiro, Alagoas, Sergipe e obviamente o diminuto Distrito Federal; nenhum destes Estados supera o município de Altamira em dimensão territorial.

Servimo-nos deste preâmbulo para demonstrar as dificuldades enfrentadas em convencer os professores da rede pública, a singrar nossos rios e igarapés em pequenas embarcações ou *montarias*, para atingir as comunidades mais distantes e, conseqüentemente, mais carentes de uma política de inclusão.

Nossos professores em geral trabalham em dois turnos nas redes municipal e estadual e salvo honrosas exceções, não demonstraram interesse em um outro turno de trabalho. Nem tanto pela falta de necessidade, mas pela falta de possibilidade, já que este novo turno de trabalho, no mais das vezes, implicaria em um deslocamento penoso da cidade até a zona rural.

Excelência, falamos de uma região onde as estradas são os rios, onde dependendo de condições climáticas pode-se demorar até 10 horas de viagem em deslocamento fluvial e/ou terrestre dentro de um mesmo município.

A impossibilidade de compor o MOVA PARÁ ALFABETIZADO com 75% de professores da rede pública ficou latente quando em 07 de maio do corrente ano, enviamos cartas por correio eletrônico e convencional, para todas as escolas estaduais e para todos os municípios, solicitando a adesão ao MOVA. Lamentavelmente o eco não foi mais do que o esperado, apenas 03 (três) professores procuraram-nos para tomar maiores informações.

Então, passamos a fazer chamada por meio dos jornais de circulação estadual, mas só 09 (nove) professores da rede responderam as nossas súplicas e todos interessados em permanecer nas sedes dos municípios e sem nenhuma turma formada, já que os professores não estão dispostos para o trabalho de mobilização dos educandos. Já que este requer, do educador disponibilidade para visitar e estimular os Jovens e adultos sem domínio da lecto-escrita, a iniciar o seu processo de alfabetização, pois aguardar a demanda voluntária destes alunos, comumente avessos à escola, determinará o aborto de nossos sonhos.

Ademais, há dentro do movimento popular uma sensação de exclusão, um ressentimento de ingratidão dirigido aos governos estadual e federal, pois por serem ambos os mandatários, parceiros e fomentadores históricos dos movimentos de educação popular, esperava-se um reconhecimento efetivo da sua importância, não

só na construção de uma proposta libertadora para alfabetização de jovens e adultos, mas também na realização desta proposta.

Este sentimento de ingratidão que se alastra entre educadores populares e o descrédito que está permeando o movimento de alfabetização, acima de qualquer sentimentalismo, decorre da crença na possibilidade de consecução dos nossos objetivos da mesma forma como foi construída a possibilidade de implementá-los, com o amplo apoio de educadores populares.

O discurso de reconhecimento do papel dos educadores populares, para a superação do analfabetismo; seu empenho em proporcionar aos alfabetizados uma leitura crítica do mundo e sua contribuição para a construção de um governo democrático e popular que pugna-se pela inclusão social e a democratização do estado, através do fomento à participação popular, nos fez reféns de nossa própria crença.

A participação de educadores populares no processo de superação da exclusão social pelo analfabetismo é, além de uma necessidade comprovada, uma dívida histórica com homens e mulheres que mesmo excluídos de uma formação acadêmica sólida, lançaram-se a favelas, fábricas, campos, sertões, praias e prisões, indo onde o Estado nunca quis chegar, construindo a consciência popular que fez de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro operário presidente do Brasil e de Ana Júlia Carepa a primeira sindicalista a governar o Estado do Pará.

Senhor Ministro, nossa análise é de que se não foram imediatamente revistos os parâmetros de participação de educadores populares no programa Brasil Alfabetizado, estaremos inviabilizando o movimento de base populares. E quando resolvermos reconhecer sua importância histórica será tarde demais, já que não os encontraremos organizados e prontos a colaborar.

Mesmo reconhecendo que o movimento popular é alimentado por amor e utopia, não nos esqueçamos de que há um limite, e neste caso, a exclusão dos EDUCADORES POPULARES romperá este limite. Não há dúvida que, de parceiros fiéis e valorosos, estaremos transformando-os em críticos ferozes.

Assim, Excelência, é que apresentamos O MOVA PARÁ ALFABETIZADO com a presença dos professores da rede pública, mas com a participação de

educadores populares. Participação que em decorrência do texto de lei, só existe pela necessidade premente, mas que ao mesmo tempo nos orgulha e emociona.

É o povo construindo à ilhargia da governadora Ana Júlia, um tempo de mudança no Pará, e ombreados com o governo Lula, um Brasil, verdadeiramente de todos.

Atenciosamente,

Professor Mário Andrade Cardoso
Secretário de Estado de Educação